



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

05 de Dezembro 2014



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Coluna pelo Estado	<b>Editoria:</b> Coluna pelo Estado	<b>Data:</b> 04/12/2014
<b>Assunto:</b> Primeiras medidas do novo governo		<b>Página:</b> Online

# [ PeloEstado ]

## Primeiras medidas do novo governo

**E**liminação de 500 cargos comissionados ou com gratificações; fusão da Agesan (Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico) e da Agesc (Agência Reguladora de Serviços Públicos); incorporação da Codesc (Companhia de Desenvolvimento) pela SCPar (SC Participações e Parcerias S.A.); e transformação das secretarias de Desenvolvimento Regional em Agências de Desenvolvimento, com a eliminação dos cargos de secretários-adjuntos e coordenadorias de Agricultura ocupadas por servidores efetivos da Epagri ou da Cidasc. Na semana que vem começam a ser convidados os nomes para composição do novo secretariado. Está certo que serão convidados a permanecer os secretários César Grubba (Segurança Pública) e Eduardo Deschamps (Educação), e que a deputada Ada de Luca será convidada a retornar à Justiça e Cidadania. As medidas, parte da reforma administrativa a ser encaminhada à Assembleia Legislativa em fevereiro de 2015, e os primeiros nomes do secretariado do novo mandato foram anunciados ontem pelo governador Raimundo Colombo. Ele informou também que trabalhará com sistema de metas bimensais para redução de custos. "Quem não conseguir cumprir, no terceiro período vai *pegar a conta*." O governador comemorou a redução do custo da dívida do Estado com a União, que representa uma redução mensal de pouco mais de R\$ 12 milhões para pagamento de dívida, aumentando a capacidade de endividamento do Estado, que estava no limite. Em contrapartida, mostrou-se preocupado com o déficit da previdência estadual e adiantou que está sendo elaborado um novo modelo de Previdência.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Notícias do Dia

**Editoria:** Roberto Azevedo

**Data:** 04/12/2014

**Assunto:** Educação

**Página:** 10

# Notícias do Dia

### **Sem surpresas**

O anúncio de que a deputada Ada de Luca (PMDB) será a secretária da Justiça e Cidadania confirma a disposição de Raimundo Colombo em puxar três deputados estaduais, quanto aos federais a meta de trazer dois parlamentares para o governo anda mais difícil. Eduardo Deschamps, um dos secretários mais prestigiados por Colombo, será mantido na Educação, enquanto o pedido de permanência de César Grubba, na Segurança Pública, não deixa de ser uma surpresa, apesar de ser também um indício de que as mudanças serão mínimas.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 05/12/2014
<b>Assunto:</b> Educação		<b>Página:</b> Online



### **PEC estabelece adicional de 60% para professores com DE**

Professores da educação básica podem passar a receber adicional de 60% para trabalhar em regime de dedicação exclusiva com carga horária de 40 horas semanais. A medida consta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2013, do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O objetivo é convencer os profissionais da educação básica a se dedicar a um único cargo, o que evitaria o excesso de trabalho e melhoraria o rendimento em sala de aula.

Hoje, devido ao baixo salário da categoria, que recebe em média R\$ 2,5 mil, esses profissionais acumulam cargos e acabam se desgastando. Delcídio propõe que o custo do adicional fique a cargo da União, reconhecendo que estados e municípios não teriam condições financeiras de suportar o gasto.

O senador calcula que a despesa anual com o adicional seria de R\$ 39,9 bilhões, o que, ressalta, corresponde a menos de 1% do produto interno bruto (PIB), que mede a soma das riquezas produzidas no país. Ele explica ainda que o montante necessário dificilmente chegaria aos R\$ 39 bilhões, já que grande parte dos professores não é efetivada por concurso público de provas e títulos e nem todos aceitariam receber o adicional (que seria opcional). Em sua avaliação, para alguns profissionais poderia ser mais vantajoso continuar com mais de um emprego (e trabalhando mais de 40 horas).



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Delcídio observa também que, mesmo com o adicional, que elevaria o salário da categoria para R\$ 4 mil, na média, o valor ainda seria inferior ao que recebem os professores da rede federal de educação básica e ao que propõe o Plano de Educação Nacional (PNE). O parlamentar acredita que "o que haveria de maior atrativo para os profissionais seria conjugar a melhoria salarial com a redução de horas semanais de trabalho. O que representa a verdadeira revolução de valorizá-los, já que, por cem anos, eles foram obrigados a trabalhar mais, muito mais, exageradamente mais, para receber cada vez menos".



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 05/12/2014
<b>Assunto:</b> Educação		<b>Página:</b> Online



### UnB oferece bolsa de mestrado a indígenas e quilombolas

A Universidade de Brasília (UnB) abriu inscrições para o curso de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais. Esta será a segunda turma. O diferencial do mestrado é que metade das vagas é destinada a comunidades tradicionais, todas com bolsa de estudo. Na primeira edição, a reserva foi apenas para estudantes indígenas. Nesta, as bolsas serão estendidas a quilombolas.

O curso tem duração de 24 meses e carga horária de 420 horas. São oferecidas 30 vagas, sendo 15 destinadas exclusivamente a candidatos autoidentificados indígenas e quilombolas residentes no país. As inscrições podem ser feitas até 16 de fevereiro de 2015. O edital está disponível na internet.

"[A pós-graduação] é justamente o ambiente onde se produz conhecimento na universidade e se projeta esse conhecimento para a sociedade, um espaço de construção do pensamento. Achamos que é estratégico ocupar esse espaço e fazer com que ele represente a diversidade cultural do Brasil", diz a coordenadora do mestrado, Mônica Nogueira. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 79,18% dos mestres no país são brancos.

"Acredito que aqui vão se formar mestres, pessoas que virão com um saber, desenvolver a confluência do saber cultural com o saber acadêmico e voltar



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

com esse saber, vamos dizer resignificado e com a solução de alguns problemas enfrentados pelas comunidades", disse Antônio Bispo dos Santos, liderança quilombola, no lançamento do programa.

A indígena do povo xavante de Mato Grosso Samantha RoOtsitsina graduou-se mestra na primeira edição do programa: "Sempre fui muito atuante nas questões de direitos indígenas. Com o curso, pude qualificar a minha atuação", disse. De acordo com o IBGE, são 818 os indígenas mestres, 0,1% do total dessa população .

O público-alvo é formado por profissionais vinculados a instituições que promovam a sustentabilidade de povos e territórios tradicionais, como associações de base comunitária, organizações não governamentais de assessoria, redes de representação e articulação política ou órgãos de governo das esferas municipal, estadual ou federal. É precioso ter graduação em áreas ligadas à questão. A seleção ocorre ao longo do mês de março de 2015 e as aulas começam em abril. As bancas examinadoras contarão com a presença de indígenas e quilombolas.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 05/12/2014
<b>Assunto:</b> Educação		<b>Página:</b> Online



### Conselho Nacional de Educação reitera apoio ao CAQi

Na última terça-feira (2), em Brasília, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) voltou a receber representantes da sociedade civil para discutir o Parecer CNE/CEB 8/2010, que trata da normatização do CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial). Criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o CAQi determina os padrões básicos de funcionamento de todas as escolas públicas, como o tamanho adequado das turmas, formação continuada para os educadores, salários e carreira dignos para os profissionais, instalações, equipamentos e outros insumos como laboratórios, bibliotecas, quadras poliesportivas, materiais didáticos, etc. O CAQi consta de quatro das doze estratégias da meta 20 do novo Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), sendo um mecanismo basilar desta Lei.

Além de conselheiros, participaram da reunião Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e o professor José Marcelino de Resende Pinto, presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca). Mais do que discutir o mecanismo, capaz de reorganizar e qualificar o financiamento e a gestão da Educação Básica no país, o encontro serviu para cobrar do Ministério da Educação a homologação do Parecer 8/2010, que amplia em cerca de R\$ 37 bilhões o repasse da União para a educação nos estados e municípios.

O PNE determina que o CAQi seja implementado até 2016. No entendimento





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

da comunidade educacional, o mecanismo já está regulamentado, por meio do Parecer 8/2010 do CNE. Assim, ele só não está em vigor porque o MEC posterga há mais de quatro anos a homologação do documento, que foi aprovado por unanimidade pela Câmara de Educação Básica do CNE.

O parecer normatiza os padrões mínimos de qualidade da educação básica nacional, seguindo a cesta de insumos e os custos contidos na metodologia desenvolvida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A demora na homologação foi duramente criticada por mais de 2,6 mil delegados de todo o país que participaram da Conae 2014 (Conferência Nacional de Educação) no final de novembro. Durante a conferência foi aprovada a necessidade da homologação do parecer até maio do próximo ano.

“Essa medida é fundamental para que o dispositivo possa entrar na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2016, que deve ser discutida no Congresso Nacional a partir do final do primeiro semestre de 2015. Só assim, o País poderá cumprir o que determina o PNE”, explicou Daniel Cara. Os delegados da Conae exigiram ainda que o MEC estabeleça uma comissão para analisar a implementação do CAQi com a Campanha.

“Nossas escolas estariam em outro patamar se o CAQi estivesse em vigor”, criticou Marcelino ao lembrar que o país investe pouco em educação: “O investimento em educação per capita no Brasil é o menor entre os países avaliados pelo PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos)”.

Sobre a demora e o impacto orçamentário do CAQi, que deve ampliar de R\$9,4 bilhões para R\$ 44,4 bi a complementação da União ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), Daniel Cara explica que a sociedade civil está disposta a negociar com o MEC e discutir regras de transitoriedade para a implementação do CAQi durante os quatro anos do próximo governo. “Mas nunca vamos abrir mão da firmeza e da luta pelo direito à educação, pois não



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

dá pra viver num cenário de tanta desigualdade”.

Durante a reunião, Luiz Roberto Alves, presidente da Câmara de Educação Básica do CNE, lembrou que o Conselho tem um papel fundamental de monitoramento do PNE e o CAQi é um dos itens da lei. De acordo com ele, se a Câmara acredita que não desistiu do seu parecer é preciso recolocá-lo na pauta do CNE. Em concordância, o conselheiro José Fernandes de Lima parabenizou o esforço da Campanha e defendeu que o CNE abra esse espaço para fazer a discussão do tema.

Ao comentar a demora da homologação, o presidente da Câmara disse ser natural que os agentes públicos tenham a objetivação dos insumos que garantem as condições mínimas para assegurar o direito à educação, e o CAQi amplia a transparência. “O PNE aprovado dá um recado claro de que o controle social sobre as políticas educacionais deve ser objetivado, e não difuso”, defendeu.

Marcelino reforçou o uso do dispositivo como instrumento de controle social: “Com o CAQi os pais poderão cobrar: Se toda escola tem que ter biblioteca, por que a escola do meu filho não tem?”.

O conselheiro Cesar Callegari, que em 2010 presidiu a Câmara de Educação Básica, elogiou o trabalho da Campanha na construção e defesa do CAQi: “Foi isso que deu base para justificar a necessidade dos 10% do PIB. Essa é uma vitória extraordinária que precisa ser reconhecida e deve entrar para os anais da história da educação brasileira”, elogiou. Nessa mesma linha, o conselheiro Antonio Ibañez Ruiz afirmou que o CAQi é “um trabalho fantástico. Não temos ainda a dimensão do que ele significará para o futuro do país, mas é tenho certeza que será muito promissor”.

A necessidade de que a regulamentação do CAQi contenha os valores dos insumos foi um dos principais pontos do debate. Para Callegari, esse é o fator que tem dificultado a homologação. Em resposta, Marcelino afirmou que “se não o CAQi não tivesse um valor, essa discussão não estaria aqui [no CNE]”,



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

considerando que o financiamento da educação é um meio para materializar o direito à educação.

Daniel Cara lembrou que assim como a Lei do Piso Nacional do Magistério e o Salário Mínimo são valores de referência para todo o País, o CAQi prevê um patamar mínimo nacional, que contribuirá na redução das desigualdades no país. "Nada impede os Municípios ou Estados que conseguem superar os valores do CAQi, o façam. Porém, o que não pode é ficar em um patamar abaixo do CAQi", afirmou.

O conselheiro Raimundo Moacir Mendes Feitosa complementou dizendo que "sem a precificação, o CAQi fica no vazio". Ele lembrou que o primeiro PNE, que vigorou de 2001 a 2011, trazia apenas os insumos e seu impacto sobre as políticas foi nulo.

"A complementação da União ao CAQi não está longe dos valores que o MEC transfere de forma voluntária para estados e municípios", lembra Marcelino. Segundo ele, um dos motivos da resistência do governo federal em homologar o instrumento é a perda do poder político de realizar ações e programas pontuais, como o Mais Educação, ProInfância, etc... "A complementação da União deve ser feita via Fundeb, que não está sujeito à descontinuidade e ao contingenciamento de recursos como ocorre com os programas do MEC", completa.

Ao final da reunião, os conselheiros da CEB do CNE decidiram retomar a análise do parecer do CAQi entre janeiro e fevereiro. O objetivo é deliberar sobre a matéria no início de 2015, com o intuito de cumprir com a demanda de tempo dada pela Conae. Segundo os delegados da Conferência, o titular do MEC deve homologar o texto analisado pelo CNE até maio do próximo ano, permitindo o início de implementação do CAQi em 2016."